



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E TECNOLOGIAS
COLEGIADO DO CURSO DE PEDAGOGIA
CAMPUS XVII – BOM JESUS DA LAPA**

SAMARINA LUZIA MAGALHÃES MATOS

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TEA NA EDUCAÇÃO: ANÁLISE DE
BARREIRAS E FACILITADORES, UMA PESQUISA REALIZADA ATRAVÉS
DO PORTAL DA CAPES**

Bom Jesus da Lapa - BA

2025

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia ao Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias – DCHT - XVII, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Edna Souza Moreira

Bom Jesus da Lapa - BA

2025

SAMARINA LUZIA MAGALHÃES MATOS

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TEA NA EDUCAÇÃO: ANÁLISE DE
BARREIRAS E FACILITADORES, UMA PESQUISA REALIZADA ATRAVÉS
DO PORTAL DA CAPES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado, como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia, ao Departamento de Ciências Humanas e Tecnologia – DCHT VXII, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

Aprovada: 31/07/2025

Banca Avaliadora:

Dra. Edna Souza Moreira
Professora de TCC e orientadora

Professora Isabel Conceição de Oliveira Ribeiro
Especializada em Psicologia Educacional,
especialista em Avaliação e especialista em Formação de Professores Letras/Libras.

Professora Ma. Gisele Ferreira de Amorim
Mestre em Educação pelo Programa de pós-graduação em Educação PPGEd -
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu Senhor e criador de todas as coisas, Jesus Cristo, que me chamou e me trouxe ao propósito deste curso. Aos meus avós José Rodrigues de Matos e Edna Santos de Matos, por todo apoio e confiança depositada em mim.

“Sem mim vocês não podem fazer coisa alguma.”

João 15:5

Agradecimentos

Primeiramente agradeço a Deus pela oportunidade de viver e vivenciar este momento em minha vida, gratidão senhor por me conceder forças e sabedoria, tenho completa certeza de que sem a sua presença em cada etapa deste curso, está graduação não teria sido possível.

Expresso minha gratidão a toda a equipe gestora e aos funcionários da UNEB sem exceção que me acolheram com tanto carinho e empatia ao longo desses anos. Sou especialmente grata pelo apoio recebido durante o meu estudo domiciliar, que foi necessário devido ao meu tratamento de saúde. Meus mais sinceros agradecimentos a todos vocês.

Aos meus avós, Edna Santos de Matos e José Rodrigues de Matos, que me acompanharam com dedicação e companheirismo durante toda a minha trajetória acadêmica e meu tratamento de saúde. Sem vocês, nada disso teria sido possível.

Agradeço aos meus professores que estiveram comigo durante esses anos de estudo na UNEB e que tanto dedicaram a sua atenção e apoio durante todos esses anos... agradeço em especial a minha Orientadora e professora de TCC Edna Moreira, por tanta dedicação e carinho que teve comigo.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte da minha jornada acadêmica.

EPÍGRAFE

Não fui eu que ordenei a você? Seja forte e corajoso! Não se apavore nem desanime, pois, o Senhor, o seu Deus, estará com você por onde você andar".

Josué 1:9

RESUMO

A inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas brasileiras enfrenta desafios significativos, apesar das diretrizes legais que garantem o direito à educação inclusiva. Entre as principais barreiras estão a falta de formação específica dos professores, dificuldades atitudinais e limitações estruturais. A ausência de preparo pedagógico adequado pode gerar resistência à inclusão e prejudicar a aceitação dos alunos autistas, comprometendo o processo educativo. O objetivo desta pesquisa é analisar as barreiras enfrentadas pelos professores na inclusão de crianças com TEA e explorar práticas pedagógicas eficazes. Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, utilizando revisão sistemática e análise documental, para investigar as dificuldades enfrentadas por professores mediadores e o papel do suporte pedagógico. A análise de conteúdo permitiu identificar padrões e práticas inclusivas que podem ser aprimoradas. O estudo busca contribuir para o avanço de políticas públicas e estratégias educacionais mais inclusivas, promovendo um ambiente escolar que respeite e valorize a diversidade.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Transtorno do Espectro Autista; Práticas Pedagógicas; Professor Mediador.

ABSTRACT

The inclusion of children with Autism Spectrum Disorder (ASD) in Brazilian schools faces significant challenges, despite legal guidelines that guarantee the right to inclusive education. Among the main barriers are the lack of specific teacher training, attitudinal difficulties and structural limitations. The lack of adequate pedagogical preparation can generate resistance to inclusion and harm the acceptance of autistic students, compromising the educational process. The objective of this research is to analyze the barriers faced by teachers in the inclusion of children with ASD and explore effective pedagogical practices. This research adopts a qualitative approach, using a systematic review and document analysis, to investigate the difficulties faced by mediating teachers and the role of pedagogical support. Content analysis made it possible to identify inclusive patterns and practices that can be improved. The study seeks to contribute to the advancement of more inclusive public policies and educational strategies, promoting a school environment that respects and values diversity.

Keywords: Inclusive Education; Autism Spectrum Disorder; Pedagogical Practices; Mediator Teacher.

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

UNEB	Universidade do Estado da Bahia
DCHT	Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior
MEC	Ministério da Educação
TEA	Transtorno do Espectro Autista

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Ficha de pesquisa da revisão sistemática da literatura: A inclusão de crianças com TEA na educação: análise de barreiras e facilitadores, uma pesquisa realizada através do Portal da Capes.

Quadro 2: Trabalhos analisados sistematicamente

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
3. METODOLOGIA DA PESQUISA	15
3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
3.1 CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS DO AUTISMO	19
3.2 INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM AUTISMO	20
3.3 O PAPEL DO PROFESSOR MEDIADOR NA INCLUSÃO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS PARA CRIANÇAS COM AUTISMO	24
4. ANÁLISE DOS DADOS	29
4.1 BARREIRAS NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO	29
4.2 O APOIO PEDAGÓGICO E INSTITUCIONAL ÀS CRIANÇAS COM AUTISMO	32
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES	34
5.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS NA REVISÃO SISTEMÁTICA PROPOSTA	34
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS	39

1. INTRODUÇÃO

A inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar é um tema que vem ganhando cada vez mais atenção no cenário educacional brasileiro. Apesar dos avanços nas legislações e diretrizes que asseguram o direito à Educação Inclusiva, ainda existe muitas barreiras significativas no processo de inclusão dessas crianças em salas de aulas regulares. As dificuldades atitudinais, estruturais e pedagógicas frequentemente comprometem a eficácia das práticas educativas, resultando em desafios que vão além da mera presença física do aluno na escola. Assim, é fundamental investigar quais são as barreiras enfrentadas pelos professores mediadores e

quais práticas pedagógicas podem ser adotadas para melhorar a experiência educativa desses alunos.

Um dos principais obstáculos à inclusão de crianças autistas é a falta de formação adequada dos educadores, que muitas vezes não estão preparados para lidar com as particularidades do TEA. Essa lacuna formativa pode levar a preconceitos e à resistência à inclusão, refletindo a necessidade de um treinamento específico que capacite os professores a adotar metodologias adequadas e a criar um ambiente de aprendizado acolhedor. Além disso, as barreiras atitudinais, como o preconceito e a falta de empatia, podem dificultar a aceitação dos alunos com autismo por parte dos colegas e do corpo docente, prejudicando o processo de inclusão.

A prática pedagógica desempenha um papel fundamental na inclusão escolar. O professor mediador, ao atuar como um facilitador, tem a responsabilidade de adaptar o currículo e as atividades de forma a atender as necessidades específicas de cada aluno com TEA. Isso envolve a utilização de estratégias diferenciadas e a implementação de recursos assistivos que possam facilitar a comunicação e a interação social, essenciais para o desenvolvimento das habilidades acadêmicas e sociais dessas crianças. A reflexão sobre as práticas pedagógicas adotadas é crucial para compreender como promover um ambiente escolar mais inclusivo.

O apoio pedagógico também se mostra imprescindível no processo de inclusão. A atuação de uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais como psicólogos, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais, pode oferecer um suporte fundamental para o desenvolvimento das capacidades das crianças autistas. Esse apoio não apenas contribui para o aprendizado acadêmico, mas também facilita a aquisição de habilidades sociais e comportamentais, que são essenciais para a ~~integração~~ inclusão social desses alunos. Portanto, compreender a importância do apoio pedagógico e institucional é vital para o sucesso da inclusão.

Por exemplo, o psicólogo escolar pode ajudar a mediar conflitos e promover um ambiente emocionalmente seguro, enquanto o terapeuta ocupacional pode trabalhar no desenvolvimento das habilidades motoras e sensoriais, essenciais para a participação em atividades escolares. O fonoaudiólogo, por sua vez, pode auxiliar na comunicação, uma área frequentemente solicitada para crianças com TEA, ajudando a implementar sistemas de comunicação alternativos, como os dispositivos de comunicação aumentativos.

Diante desse cenário, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar as barreiras que dificultam a ~~integração~~ inclusão das crianças com TEA no acesso escolar e explorar as práticas pedagógicas adotadas pelos professores mediadores. Os objetivos específicos incluem investigar as dificuldades enfrentadas por esses educadores no processo de inclusão e a importância do apoio pedagógico no desenvolvimento das crianças autistas. Através dessa análise, busca-se abrir novas perspectivas para o aprimoramento das práticas educativas e a promoção de uma educação inclusiva que respeite e valorize a diversidade.

O interesse por este tema surgiu a partir de experiências pessoais e acadêmicas que despertaram minha atenção para os desafios enfrentados por crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar. Observações durante a formação docente e o contato com realidades escolares,

evidenciaram a necessidade de compreender melhor o processo de inclusão e de contribuir com práticas mais efetivas e humanizadas.

Essa pesquisa possui, portanto, uma relevância pessoal, por refletir meu compromisso com uma educação mais inclusiva; uma relevância acadêmica, ao ampliar o debate teórico sobre o papel do professor mediador e as barreiras enfrentadas na inclusão; e uma relevância social, por propor reflexões que podem subsidiar políticas públicas e melhorar as práticas pedagógicas nas escolas. Justifica-se, assim, a importância deste estudo por sua contribuição à formação de professores e à valorização da diversidade no contexto educacional.

Para alcançar seus objetivos, esta monografia está organizada da seguinte forma: o primeiro capítulo descreve a metodologia da pesquisa; o seguinte traz a fundamentação teórica, abordando o autismo, a inclusão escolar, o papel do professor mediador e as práticas pedagógicas; o capítulo terceiro realiza a análise dos dados, com ênfase nas barreiras e no apoio pedagógico e o quarto capítulo apresenta os resultados e discussões da revisão sistemática, além da introdução e das considerações finais.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada por um método explicativo, bibliográfico e documental, que teve como objetivo compreender os fatores que influenciam a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar. O método explicativo é fundamental para investigar as causas e consequências das práticas inclusivas, permitindo uma análise mais profunda do fenômeno (Gil, 2010). A abordagem bibliográfica fornece um suporte teórico, enquanto a análise documental permite examinar materiais normativos que orientam a inclusão.

Adotou-se uma abordagem qualitativa, que é apropriada para explorar as experiências e percepções dos envolvidos no processo de inclusão. A pesquisa qualitativa permite captar a complexidade do fenômeno, oferecendo uma compreensão mais rica das dinâmicas sociais e educacionais que permeiam a inclusão de alunos com TEA (Minayo, 2010). Essa abordagem é essencial para identificar as necessidades específicas e os desafios enfrentados por essas crianças e professores.

Esta pesquisa caracteriza-se como uma revisão sistemática de natureza documental, cujo objetivo é reunir, examinar e interpretar criticamente documentos relevantes sobre o tema investigado, a partir de uma estratégia de busca previamente definida e de critérios claros de inclusão e exclusão. Foram selecionadas fontes primárias que ainda não passaram por análise interpretativa consolidada. Essa abordagem permite uma síntese criteriosa das informações disponíveis, oferecendo uma visão abrangente e fundamentada sobre o objeto de estudo, conforme os princípios da pesquisa qualitativa e da prática baseada em evidências.

A revisão sistemática é uma modalidade de pesquisa que, assim como outras formas de revisão, baseia-se na análise de publicações científicas já existentes sobre um tema específico. Seu objetivo principal é reunir e sintetizar as evidências disponíveis a respeito de determinada intervenção, utilizando para isso procedimentos rigorosos e organizados de busca, avaliação crítica e integração das informações coletadas na literatura.

Ao viabilizarem, de forma clara e explícita, um resumo de todos os estudos sobre determinada intervenção, as revisões sistemáticas nos permitem incorporar um espectro maior de resultados relevantes, ao

invés de limitar as nossas conclusões à leitura de somente alguns artigos (Sampaio; Mancini, 2006, p. 84).

Portanto, as revisões sistemáticas possibilitam uma visão abrangente e bem fundamentada sobre uma intervenção específica, ao reunir e organizar os resultados de múltiplos estudos, o que amplia significativamente a base de evidências e evita conclusões limitadas à análise isolada de poucos trabalhos. O processo de elaboração de uma revisão sistemática inclui: definição de uma pergunta clara, estratégias de buscas estruturadas, critérios de inclusão/exclusão de estudos, avaliação da qualidade metodológica dos artigos selecionados e análise crítica dos resultados (Sampaio; Mancini, 2006).

A presente investigação adota como abordagem metodológica a pesquisa documental, com ênfase na análise documental, ~~como dito anteriormente~~, entendida como um processo sistemático de exame e interpretação de documentos que ainda não passaram por tratamento analítico ou que permitem novas leituras e interpretações. Trata-se de um procedimento que busca, nos registros disponíveis — sejam eles escritos, visuais ou estatísticos — informações relevantes para a compreensão do fenômeno investigado.

[...] a pesquisa documental é aquela em que os dados logrados são absolutamente provenientes de documentos, como o propósito de obter informações neles contidos, a fim de compreender um fenômeno; é um procedimento que utiliza de métodos e técnicas de captação, compreensão e análise de um universo de documentos, com bancos de dados que são considerados heterogêneo (Lima Júnior et al, 2021, p. 42).

O processo tem início com uma avaliação inicial de cada documento, a partir de uma leitura crítica que considera aspectos como o contexto de produção, autoria, intencionalidade, grau de confiabilidade, natureza textual e os conceitos centrais envolvidos. Esses critérios podem ser adaptados de acordo com os objetivos específicos da pesquisa. Concluída essa etapa, procedeu-se à análise documental em si, que consiste na interpretação sistemática das informações coletadas.

Dessa forma, para Lima Júnior et al (2021, p. 42) os termos “pesquisa documental e Análise Documental, são considerados como sinônimos”, porque ambas se baseiam no uso sistemático de documentos como fonte principal de dados para a investigação.

Os dados obtidos foram analisados por meio da análise de conteúdo. A análise permitiu a identificação de temas e padrões emergentes nas informações coletadas, oferecendo uma compreensão mais aprofundada dos desafios e das práticas de inclusão na educação de crianças com TEA. O principal instrumento de coleta de dados foi através de revisão sistemática e análise documental. A revisão sistemática para organizar e sintetizar a literatura existente sobre o tema, enquanto a análise documental foi para explorar materiais normativos e políticas públicas relevantes.

A metodologia proposta não é apenas mapear o estado atual da inclusão de crianças com TEA, mas também contribuir para o avanço das práticas educacionais e políticas públicas relacionadas ao tema. A expectativa é que os resultados da pesquisa forneçam subsídios úteis para educadores, gestores e formuladores de políticas, promovendo uma educação mais inclusiva e respeitosa às particularidades de cada aluno.

A pesquisa foi desenvolvida a partir da realização de uma revisão sistemática da literatura, conduzida entre os meses de junho e agosto de 2024. O processo envolveu a definição de palavras-chave específicas — como “Transtorno do Espectro Autista”, “inclusão escolar”, “práticas pedagógicas” e “professor mediador” — utilizadas em bases acadêmicas como Scielo, Google Scholar, e periódicos da CAPES.

Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados sete artigos que abordam diretamente os desafios e as estratégias de inclusão de crianças com TEA no contexto escolar. Esses documentos foram analisados qualitativamente, com foco na identificação de barreiras e facilitadores para a inclusão, sendo os dados organizados em quadros para facilitar a síntese e a discussão dos resultados. A análise de conteúdo dos materiais selecionados permitiu traçar um panorama crítico e embasado sobre a atuação docente, o suporte institucional e os desafios encontrados no processo de inclusão escolar de crianças com autismo.

Dos sete artigos analisados na revisão sistemática, cinco enfocam predominantemente as barreiras enfrentadas no processo de inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Os estudos de Camargo et al. (2020), Ribeiro et al. (2017), Weizenmann et al. (2021), Francisco et al. (2022) e Klahold et al. (2014) abordam, com ênfase, os desafios vivenciados por professores e escolas, destacando a ausência de formação específica, a falta de apoio institucional, as barreiras atitudinais e estruturais e a resistência de alguns profissionais em adaptar o currículo às necessidades dos alunos com TEA. Esses trabalhos também chamam atenção para os impactos da exclusão e para a necessidade de mudanças na cultura escolar.

Por outro lado, os artigos de Balbino et al. (2021) e Caparroz et al. (2023) apresentam elementos que podem ser compreendidos como facilitadores da inclusão escolar. Ambos os estudos destacam o papel do professor mediador como um elo importante entre o aluno com TEA, os colegas e os conteúdos pedagógicos, além de defenderem a importância da atuação de uma equipe multidisciplinar. Essas contribuições mostram como o uso de estratégias pedagógicas adequadas, aliadas ao apoio institucional e familiar, pode promover a construção de ambientes educacionais mais acolhedores e eficazes.

Portanto, a literatura analisada tanto os entraves que ainda dificultam a efetivação da inclusão, quanto os caminhos possíveis para superá-los. A articulação entre formação docente, apoio institucional e práticas pedagógicas inclusivas é essencial para garantir que as crianças com TEA não apenas estejam presentes na escola, mas participem de forma ativa e significativa do processo educativo.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS DO AUTISMO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por diferenças significativas na comunicação, interação social e padrões comportamentais repetitivos ou restritos. Segundo o *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5)*, o TEA abrange uma ampla variedade de manifestações e níveis de suporte, variando de leve a severo. O termo “espectro” reflete essa diversidade de sintomas, que podem se apresentar de maneiras diferentes em cada pessoa diagnosticada.

O tratamento do autista deveria começar desde a idade mais tenra, pois um programa de tratamento precoce, intensivo e apropriado melhora muito a perspectiva de crianças com autismo, aumentando, assim, os interesses delas com uma programação altamente estruturada de atividades construtivas. (Klahold et al, 2014, p.4)

As principais características do Transtorno do Espectro Autista se manifestam em três áreas centrais: dificuldades sociais, problemas na comunicação e comportamentos repetitivos ou restritos. Indivíduos com TEA podem apresentar dificuldade em compreender e responder de maneira adequada às interações sociais. Isso inclui limitações na habilidade de manter contato visual, interpretar expressões faciais, compreender pistas sociais e desenvolver empatia. Essas dificuldades impactam a capacidade de formar e manter relações interpessoais.

É importante pensar “o diferente”, como uma grande possibilidade de expressão, linguagem e comunicação. Conhecendo os sentidos e significados podem-se (desvendar) e ampliar a capacidade de pensamento e conhecimento sobre o que se busca, é um refetir, conhecer o “outro” e a si mesmo. (Klahold et al, 2014, p. 2)

Parafraseando Klahold et al (2014) é essencial considerar "o diferente" como uma ampla oportunidade de expressão, linguagem e comunicação. Ao explorar os sentidos e significados, é possível desvendar e ampliar a capacidade de reflexão e compreensão sobre aquilo que se busca. Trata-se de um exercício de reflexão que permite conhecer tanto o "outro" quanto a si mesmo.

As dificuldades de comunicação podem variar de limitações significativas na fala e na linguagem, até a presença de linguagem verbal, mas com particularidades. Alguns indivíduos podem ter ecolalia (repetição de palavras ou frases), enquanto outros podem ter dificuldade em manter conversações de duas vias. Esses indivíduos podem exibir padrões repetitivos de comportamento, como balançar o corpo, repetir palavras ou realizar rotinas específicas de forma rígida.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) apresenta uma diversidade de características que influenciam profundamente a comunicação, a interação social e os comportamentos dos indivíduos afetados. A compreensão dessas nuances é essencial para promover um ambiente inclusivo e empático, onde as diferenças são valorizadas como formas únicas de expressão. A intervenção precoce e adequada pode transformar as perspectivas de crianças com TEA, facilitando seu desenvolvimento e a construção de relacionamentos significativos. Ao reconhecer e respeitar a singularidade de cada pessoa dentro do espectro, é possível não apenas aprimorar suas habilidades, mas também enriquecer a compreensão coletiva sobre a diversidade humana. Portanto, a promoção de estratégias que incentivem a empatia e o reconhecimento do “outro” é fundamental para avançar na inclusão e na aceitação social das pessoas com autismo.

3.2 INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM AUTISMO

A educação inclusiva é um modelo educacional que visa garantir o direito de todos à aprendizagem em ambientes escolares comuns, respeitando e valorizando as diferenças individuais. Ela se baseia no princípio de que a diversidade humana, incluindo as deficiências, não deve ser motivo de exclusão, mas sim uma oportunidade para o enriquecimento mútuo. Esse paradigma tem suas raízes na luta pelos direitos civis e humanos e foi fortalecido por documentos internacionais, como a Declaração de Salamanca de 1994, que defende o acesso universal à educação em escolas regulares com suporte adequado às necessidades específicas de cada aluno (Cabral; Marin, 2017).

Cabral e Marin (2017) ainda destacam que no Brasil, a Educação Inclusiva é respaldada por legislações como a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e, mais recentemente, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015). “No Brasil, o governo criou políticas e diretrizes que proporcionaram as condições de acesso aos espaços e aos recursos pedagógicos necessários à inclusão” (Cabral; Marin, 2017, p. 3). Esses marcos legais asseguram o direito à educação para todos, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais ou sociais, reforçando o compromisso do Estado com uma educação equitativa e de qualidade.

Paralelamente ao avanço da Educação Inclusiva, houve também uma evolução no entendimento sobre o autismo. O Transtorno do Espectro Autista (TEA) começou a ser descrito cientificamente nos anos 1940, por Leo Kanner e Hans Asperger. Kanner relatou casos de crianças com comportamentos marcadamente isolados e dificuldades na comunicação, enquanto Asperger observou indivíduos com comportamentos semelhantes, mas com habilidades linguísticas mais preservadas. Ao longo das décadas, o conceito de autismo foi se expandindo, e, com o tempo, essas variações passaram a ser compreendidas como parte de um espectro (Cabral; Marin, 2017). Essa mudança foi consolidada no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), publicado pela American Psychiatric Association em 2013, que unificou diferentes categorias diagnósticas sob o termo Transtorno do Espectro Autista.

Essa ampliação do entendimento sobre o autismo impactou diretamente as políticas educacionais e os debates sobre inclusão, levando à necessidade de práticas pedagógicas que atendam às especificidades das crianças com TEA. Assim, compreender a trajetória histórica do autismo e os fundamentos da Educação Inclusiva é essencial para discutir de forma aprofundada a inclusão escolar dessas crianças, tema que será explorado a seguir.

A inclusão escolar de crianças com autismo no Brasil é regida por uma série de princípios e diretrizes, estabelecidas principalmente pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015) e pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI). Essas normativas visam garantir

que todos os alunos, independentemente de suas características, tenham o direito ao acesso e à permanência na educação regular com qualidade.

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) assegura o direito à Educação Inclusiva, promovendo a equiparação de oportunidades e a eliminação de barreiras que possam limitar o desenvolvimento educacional das pessoas com deficiência, incluindo o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Conforme o artigo 28 da LBI, “é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar, com prioridade, a inclusão da pessoa com deficiência na educação regular” (Brasil, 2015). Essa legislação reforça o compromisso com a criação de um ambiente educacional acessível, com o uso de recursos e serviços de apoio especializados.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, por sua vez, estabelece diretrizes para a educação de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (incluindo o autismo) e altas habilidades/superdotação. Essa política propõe a inclusão como princípio orientador, promovendo o atendimento educacional especializado (AEE) em salas de recursos multifuncionais e o desenvolvimento de práticas pedagógicas que respeitem as particularidades de cada estudante (Brasil, 2008).

A inclusão escolar de pessoas com deficiência é uma questão de direitos humanos. Direitos estes estabelecidos e garantidos pela Constituição Federal Brasileira de 1988, bem como nos diferentes acordos internacionais em que o Brasil é signatário, como a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990), também conhecida como Declaração de Jomtien, e a Declaração de Salamanca (1994), e ainda nas legislações nacionais, como a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015). (Weizenmann et al, 2021, p.3)

A inclusão escolar de pessoas com deficiência configura-se como uma questão fundamental de direitos humanos, amplamente reconhecida e assegurada por dispositivos legais nacionais e internacionais. No contexto brasileiro, esses direitos estão firmemente estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, que garante o acesso à educação como um direito de todos. Além disso, o Brasil é signatário de importantes acordos internacionais que reforçam o compromisso com a inclusão, como a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, de 1990 (Declaração de Jomtien), e a Declaração de

Salamanca, de 1994, que destaca a necessidade de sistemas educacionais inclusivos.

A inclusão escolar tem papel fundamental no desenvolvimento social e acadêmico das crianças com autismo. A convivência em um ambiente diversificado favorece o aprendizado de habilidades sociais importantes, como a comunicação, o respeito às diferenças e a empatia. Crianças portadoras de com o espectro autista, ao serem inseridas em ambientes inclusivos, aumentam as chances de desenvolvimento de sua autonomia e interação de forma positiva.

Além disso, o contexto escolar inclusivo oferece condições para que essas crianças tenham acesso ao currículo regular, com adaptações pedagógicas que atendam suas necessidades específicas. Isso é crucial para que elas possam desenvolver suas capacidades acadêmicas, com base em suas potencialidades, conforme destaca a PNEEPEI (Brasil, 2008). Weizenmann et al (2021), afirma que o contexto escolar serve como um ambiente favorável à construção de caminhos indiretos de desenvolvimento, que são frutos da evolução cultural e histórica da humanidade.

No entanto, esse processo de inclusão não tem sido tão fácil como a idealização. Muitos são os desafios enfrentados, desde o saber do direito, a aceitação da necessidade da criança, quanto aos desafios posto no ambiente escolar e para a equipe pedagógica, visto que a inclusão é um direito que nem sempre consegue ter as condições ideais para a mesma.

Um dos grandes desafios da escola regular atualmente tem sido incluir todos os alunos proporcionando educação de qualidade sem distinções. A educação é um direito de todos e esse direito educacional também é garantido e estendido às crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Estas, que precisam, assim como as demais, de igualdade de condições e permanência na escola. (Francisco et al, 2022, p.2)

A inclusão, portanto, não apenas proporciona uma educação de qualidade, como também contribui para o pleno desenvolvimento do sujeito, respeitando sua singularidade e promovendo sua participação ativa na sociedade.

Ao garantir a inclusão, a escola se torna um espaço de convivência onde diferentes perspectivas são valorizadas e integradas, favorecendo a formação

de cidadãos mais conscientes e preparados para lidar com as complexidades da sociedade contemporânea. Além disso, a inclusão estimula o desenvolvimento de habilidades socioemocionais em toda a comunidade escolar, promovendo interações que enriquecem o aprendizado coletivo e fortalecem os laços sociais.

Uma abordagem inclusiva também contribui para quebrar barreiras atitudinais e estruturais, ao criar oportunidades para que as diferenças sejam vistas como potenciais de aprendizado e inovação. Esse movimento não apenas empodera o indivíduo com deficiência, mas também amplia a percepção de que uma sociedade inclusiva é mais rica e plural, permitindo que todos colaborem para o progresso social. Assim, a inclusão escolar se consolida como um direito fundamental e como um meio eficaz de construir uma sociedade mais igualitária e acolhedora.

3.3 O PAPEL DO PROFESSOR MEDIADOR NA INCLUSÃO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS PARA CRIANÇAS COM AUTISMO

A inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um direito garantido por leis e normativas nacionais e internacionais, como a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015). Contudo, para que a inclusão seja efetiva, é imprescindível a presença de um professor mediador que atue na facilitação dos processos de aprendizagem e convivência desses alunos no ambiente escolar.

O professor mediador tem como papel central apoiar a inclusão, promovendo a interação entre o aluno com autismo e os demais colegas, além de adaptar as atividades pedagógicas para atender às suas necessidades específicas. A mediação é o processo em que o professor auxilia na aprendizagem, adaptando suas práticas pedagógicas às necessidades específicas de cada aluno. Nesse cenário, o mediador serve como um vínculo entre a criança, os conteúdos curriculares e o professor principal, ajudando a criar uma educação realmente inclusiva.

Nem sempre essas crianças com TEA chegam nas escolas com o diagnóstico de autista. Muitas vezes o próprio professor percebe que a criança possui algumas dificuldades de lidar ou se adaptar às regras do ambiente escolar, o que não é nada fácil para tais crianças. Muitas

famílias já sabem do transtorno do seu filho e optam pela escola regular, onde então o currículo deve ser flexível, pensado de forma mais minuciosa e cuidadosa, sendo que esta criança vai fazer parte da rotina da escola, do professor, das aulas. E que também precisa desenvolver competências e habilidades considerando suas especificidades. (Francisco et al, 2022, p.2)

Em muitos casos é o professor que percebe dificuldades que a criança apresenta ao lidar com as regras e critérios do ambiente escolar, o que pode ser desafiador para essas crianças. Essa observação por parte do docente é muitas vezes o ponto inicial para que a família busque orientações e um diagnóstico mais preciso.

Por outro lado, algumas famílias já têm conhecimento do transtorno e escolhem matricular seus filhos em escolas regulares, um direito assegurado pelas políticas de inclusão. Nesse cenário, é fundamental que o currículo seja adaptado, flexível e modificado de forma cuidadosa para atender às necessidades específicas da criança. Isso ~~inclui a integração~~ é incluir a criança à rotina escolar, às atividades em sala de aula e à convivência com os colegas

Além de participar do dia a dia escolar, é essencial que essas crianças desenvolvam habilidades e competências de acordo com suas características individuais. Para isso, é necessário que o ambiente educacional ofereça estratégias e práticas pedagógicas que valorizem suas potencialidades e respeitem suas particularidades, promovendo, assim, o aprendizado e o desenvolvimento de forma inclusiva e eficaz.

Para desempenhar seu papel de maneira eficiente, o professor mediador precisa desenvolver competências específicas, como empatia, flexibilidade, paciência, e, acima de tudo, uma sólida formação em Educação Inclusiva. É fundamental compreender o autismo e as diversas estratégias de ensino adaptadas para alunos com necessidades especiais. Habilidades como observar e interpretar os comportamentos da criança, ajustar as atividades pedagógicas e se comunicar de maneira clara e eficaz, são cruciais para favorecer o desenvolvimento acadêmico e social dos alunos com autismo.

Entretanto, para que haja um bom desenvolvimento da criança, nesse cenário, é imprescindível que ela esteja incluída nele e não apenas integrada como também, para isso, é necessário um trabalho em equipe, para que possa pensar em formas de ensinar e promover habilidades, sejam elas sociais, acadêmicas e comunicativas. (Balbino et al, 2021, p. 2)

O mediador enfrenta desafios significativos em seu trabalho diário, muitos dos quais estão relacionados à falta de formação específica e ao insuficiente apoio institucional. De acordo Francisco et al (2022), é dentro das limitações pelo transtorno do espectro autista que surgem os desafios de aprendizagem, como organizar o seu próprio material sozinho, por exemplo.

A falta de formação específica, a necessidade de adaptar a metodologia de ensino, lidar com a diversidade de necessidades dos alunos e promover a inclusão social e acadêmica. Já para os alunos com TEA, os desafios envolvem dificuldades na comunicação e interação social, regulação emocional, além da necessidade de adaptação ao ambiente escolar e suas demandas.

Para que o aluno com autismo possa participar plenamente das atividades escolares, o professor mediador deve fazer adaptações curriculares, ajustando o conteúdo e as metodologias de ensino. Tecnologias assistivas e o uso de materiais visuais são ferramentas indispensáveis no processo de ensino de crianças com autismo. O uso de pictogramas, tabelas e vídeos, por exemplo, pode tornar o aprendizado mais acessível e interativo. As tecnologias assistivas não apenas favorecem a inclusão, como também promovem a autonomia do aluno em diversas atividades escolares.

Para crianças com autismo que têm dificuldades de comunicação verbal, o mediador precisa dominar e aplicar técnicas de comunicação alternativa. Por fim, o mediador deve estar atento às necessidades sensoriais da criança com autismo, incorporando atividades que ajudem na regulação emocional e no controle do estresse. Atividades sensoriais, como o uso de materiais com texturas diversas, brinquedos de apertar e exercícios de respiração, são fundamentais para o equilíbrio emocional da criança e para seu bem-estar no ambiente escolar. Balbino et al (2021), destaca que diante dos sintomas centrais que embasam o TEA, já mencionados anteriormente, é importante destacar que cada indivíduo, com esse transtorno, terá a sua forma e o seu ritmo para desenvolver habilidades de uma forma geral e nos mais diversos cenários que estará exposto.

Para que o aluno do Transtorno do Espectro Autista (TEA) participe plenamente das atividades escolares, o papel do professor mediador é essencial, especialmente na realização de adaptações curriculares que ajustem tanto os conteúdos quanto as metodologias de ensino às necessidades

específicas do estudante. A incorporação de tecnologias assistivas e materiais visuais no processo pedagógico é necessária. Ferramentas como pictogramas, tabelas e vídeos tornam o aprendizado mais acessível, dinâmico e interativo, permitindo que o aluno compreenda melhor as informações e participe das atividades de maneira mais ativa. Além disso, as tecnologias assistivas aumentaram significativamente a autonomia do aluno, ampliando sua capacidade de realizar tarefas de forma independente no ambiente escolar.

Para crianças com TEA que enfrentam dificuldades na comunicação verbal, o uso de técnicas de comunicação alternativas é crucial. Essas estratégias, que podem incluir dispositivos de comunicação aumentativos e sistemas baseados em imagens, ajudam a facilitar o diálogo e a interação, proporcionando um ambiente mais inclusivo. O mediador deve estar capacitado para aplicar essas técnicas de maneira eficaz, garantindo que a criança consiga se manifestar e participar das atividades escolares de forma significativa.

Outro aspecto relevante é a atenção às necessidades sensoriais dos alunos com TEA. Muitos deles apresentam desafios relacionados à regulação emocional e ao controle do estresse, ou que podem impactar diretamente seu desempenho acadêmico e bem-estar. Nesse contexto, a utilização de atividades sensoriais, como materiais com texturas diferenciadas, brinquedos de apertar e exercícios de respiração, pode ajudar a proporcionar um ambiente mais confortável e equilibrado. Essas práticas auxiliam na regulação emocional da criança, favorecendo seu engajamento e aprendizado.

A inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um direito fundamental que requer um esforço conjunto e estratégico. A presença de um professor mediador, com formação adequada e habilidades específicas, é crucial para adaptar o ensino e promover a interação entre os alunos. Para que a inclusão seja efetiva, é necessário um trabalho colaborativo que considere as singularidades de cada criança, garantindo que todos possam desenvolver suas habilidades sociais, acadêmicas e emocionais em um ambiente escolar acolhedor. A implementação de práticas pedagógicas diversificadas e o uso de recursos assistivos são essenciais para criar um espaço escolar verdadeiramente inclusivo, onde cada aluno possa florescer, se desenvolver e aprender.

Para que essa inclusão seja significativa, é necessário um esforço conjunto que envolva professores, famílias, equipe pedagógica e gestores escolares. A atuação de um professor mediador, devidamente capacitado e sensível às necessidades do aluno, é fundamental para garantir a adaptação curricular e fomentar a interação social no ambiente escolar.

Essa abordagem exige que o ensino seja planejado de forma a respeitar as particularidades de cada criança, utilizando práticas pedagógicas diversificadas que valorizem suas potencialidades. Estratégias como o uso de tecnologias assistivas, materiais visuais e metodologias diferenciadas são indispensáveis para tornar o aprendizado mais acessível e significativo. Além disso, o ambiente escolar deve ser acolhedor e flexível, promovendo não apenas o desenvolvimento acadêmico, mas também o fortalecimento das habilidades sociais e emocionais.

A inclusão escolar não é apenas uma questão de presença física, mas de garantir que cada criança tenha oportunidades reais de participação e aprendizado. Para isso, o trabalho colaborativo entre professores, famílias e especialistas é essencial, permitindo que as disciplinas sejam planejadas e alinhadas às necessidades individuais do aluno. Dessa forma, a escola se transforma em um espaço verdadeiramente inclusivo, onde cada criança, independentemente de suas características, pode se desenvolver plenamente e contribuir para a convivência e aprendizagem coletiva.

4. ANÁLISE DOS DADOS

4.1 BARREIRAS NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO

A inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar é um desafio que envolve diversos tipos de barreiras, as quais dificultam a participação plena dessas crianças no processo educacional. Essas barreiras podem ser divididas em atitudinais, estruturais e pedagógicas.

As barreiras atitudinais são barreiras sociais geradas, mantidas, fortalecidas por meio de ações, omissões e linguagem produzidas ao longo da história humana, num processo tridimensional o qual envolve cognições, afetos e ações contra a pessoa com deficiência ou quaisquer grupos em situação de vulnerabilidade, resultando no desrespeito ou impedimento aos direitos dessas pessoas, limitando-as ou incapacitando-as para o exercício de direitos e deveres sociais: são abstratas para quem as produz e concretas para quem sofre seus efeitos. (Ribeiro et al, 2017; Lima; Tavares, 2012, p. 10)

As *barreiras atitudinais* referem-se às posturas e comportamentos discriminatórios que ainda persistem na sociedade, incluindo preconceitos, falta de empatia e resistência à inclusão. Muitas vezes, o TEA é mal compreendido, o que pode resultar em julgamentos precipitados e estigmatização.

No caso de pessoas com TEA, essas barreiras muitas vezes decorrem da falta de compreensão sobre as características do transtorno, o que pode levar à formação de preconceitos e à estigmatização. Crianças com autismo, por exemplo, podem ser rotuladas como desobedientes ou antissociais devido a comportamentos que são, na verdade, manifestações de suas dificuldades de comunicação, interação social ou regulação sensorial. Esse tipo de julgamento não apenas reforça o isolamento dessas crianças, mas também dificulta a implementação de estratégias inclusivas no ambiente escolar e em outros contextos sociais.

A resistência à inclusão também é uma expressão de barreiras atitudinais. Muitos educadores, gestores escolares e até familiares ainda demonstram relutância em aceitar a presença de alunos com TEA em ambientes de ensino. Essa resistência, muitas vezes alimentada pela falta de conhecimento e formação adequada, perpetua a exclusão e inviabiliza práticas pedagógicas que

poderiam beneficiar, não apenas o aluno com autismo, mas toda a comunidade escolar.

Superar essas barreiras exige um esforço coletivo para promover a conscientização, o respeito à diversidade e a valorização das diferenças. A Educação Inclusiva, pode desempenhar um papel transformador nesse processo. É necessário investir em programas de formação continuada para educadores, que os preparem para lidar com a diversidade na sala de aula e para adotar metodologias que atendam às necessidades de todos os alunos.

Além disso, campanhas de conscientização que envolvem a sociedade como um todo são fundamentais para desmistificar o TEA e combater preconceitos. Essas ações devem destacar a importância de um olhar empático e acolhedor, que reconheça o potencial e as contribuições das pessoas com autismo. Só assim será possível construir uma sociedade mais inclusiva, em que barreiras de atitude sejam vencidas por atitudes de respeito, colaboração e solidariedade.

Pessoas com deficiência, que não atendem ao padrão estabelecido pela cultura ideológica de normalidade, foram e são sempre vitimadas por preconceitos, estereótipos e barreiras atitudinais, recebendo o rótulo de limitados e incapacitados, sendo-lhes proibido o exercício de papéis sociais que lhes são de direito. (Ribeiro et al, 2017, p.4)

A resistência à inclusão pode manifestar-se tanto por meio de atitudes explícitas, como a recusa em adaptar práticas pedagógicas, quanto de formas mais sutis, como o tratamento desigual. A ausência de empatia e compreensão por parte dos educadores representa uma das principais barreiras à inclusão, gerando um ambiente de exclusão social que compromete o desenvolvimento integral da criança.

Além das barreiras atitudinais, há também *barreiras estruturais*, que envolvem a falta de infraestrutura adequada e de recursos para atender às necessidades das crianças com autismo. A ausência de espaços físicos adaptados, como salas de aula sensoriais ou equipamentos especializados, impede que essas crianças tenham acesso ao ensino de forma equitativa.

Santos et al (2017) completa dizendo: a acessibilidade promove a inclusão, a equiparação de oportunidades e o exercício da cidadania para todos.

As *barreiras pedagógicas* referem-se às práticas de ensino que não são ajustadas para atender às necessidades de crianças com autismo, como o uso de metodologias inadequadas ou a falta de capacitação dos professores. Destaca-se que uma das principais dificuldades no processo de inclusão é a formação inadequada dos profissionais da educação, que frequentemente não estão preparados para lidar com as especificidades do Transtorno do Espectro Autista (TEA). A falta de formação contínua em Educação Inclusiva leva à aplicação de métodos de ensino inadequados, que não levam em conta as particularidades cognitivas e comportamentais das crianças com autismo. A utilização de uma abordagem pedagógica padronizada, sem considerar a individualidade de cada aluno, pode acabar reforçando a exclusão, em vez de promover uma inclusão efetiva.

A inclusão de crianças com autismo no ambiente escolar exige uma abordagem que enfrente as barreiras atitudinais, estruturais e pedagógicas. Para que haja uma mudança real é fundamental que as escolas invistam na formação dos professores, na adaptação da infraestrutura e, sobretudo, na promoção de uma cultura de empatia e aceitação da diversidade. Somente assim será possível garantir que todas as crianças, independentemente de suas condições, tenham pleno acesso à educação de qualidade.

As dificuldades da criança com TEA em engajar-se em uma atividade escolar pode estar fortemente atrelada a características do transtorno que são relacionadas, por exemplo, a interesses restritos e à inflexibilidade para engajar-se em tarefas não preferidas. Trata-se de um conjunto de características bastante peculiares que se refletem em dificuldades comportamentais que necessitam ser compreendidas a partir do conhecimento dos interesses e das preferências do aluno e suas dificuldades, mas que são, como exemplificado acima, frequentemente interpretadas como birra ou recusa proposital. (Cargamo et al, 2020, p.6)

No ambiente escolar, crianças com TEA enfrentam uma série de desafios, principalmente relacionados às suas características centrais de interação social e comunicação. O ambiente exige constante interação com colegas e professores, o que pode ser desgastante para crianças com TEA, que podem não entender as regras sociais implícitas. Carmago et al (2020), aponta que

geralmente, a criança com autismo pode apresentar comportamentos agressivos quando há dificuldade para comunicar alguma insatisfação ou necessidade.

Crianças autistas geralmente se beneficiam de ambientes estruturados e previsíveis. Mudanças inesperadas na rotina escolar podem ser fonte de estresse, provocando ansiedade ou comportamentos disruptivos. Camargo et al (2020) apud Serra (2010) aponta que outro aspecto essencial para a efetiva inclusão de um aluno com TEA é o planejamento e a sistematização do ensino e da avaliação da aprendizagem a partir das suas necessidades e dos seus níveis de conhecimento.

4.2 O APOIO PEDAGÓGICO E INSTITUCIONAL ÀS CRIANÇAS COM AUTISMO

O apoio pedagógico e institucional para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) é fundamental para garantir que essas crianças tenham acesso à educação de qualidade, desenvolvendo suas capacidades de maneira plena. Para isso, é essencial a atuação de uma equipe multidisciplinar, a colaboração entre professores, pais e profissionais de saúde, além da implementação de políticas públicas que a Educação Inclusiva traz e oferece.

A inclusão de portadores de necessidades especiais precisa ser respeitada visando aquisição de comportamentos sociais aceitáveis, observando necessidades de cada educando e levando aos pais um comportamento mais realístico que evite fantasia de cura. Sabendo que o processo de aprendizagem da criança autista é lento, se faz necessário eleger melhores prioridades e o que compor no currículo da criança, conscientizando os pais sobre malefícios da infantilização e dos benefícios de aprendizagem da independência, focando o desenvolvimento de potencialidades do autista. (Caparroz et al, 2023, p. 6)

O suporte às crianças com autismo requer uma composição por profissionais de diferentes áreas, como psicólogos, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais. Cada um desses profissionais desempenha um papel específico no processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança com TEA.

Os psicólogos atuam na avaliação e no suporte emocional das crianças, auxiliando na regulação comportamental e no desenvolvimento de habilidades

sociais. Já os fonoaudiólogos trabalham com a comunicação e a linguagem, dois aspectos frequentemente comprometidos em crianças com autismo. Eles ajudam na melhoria das habilidades de fala e expressão, proporcionando maior clareza na comunicação. Os terapeutas ocupacionais auxiliam no desenvolvimento de habilidades motoras finas e grossas, além de promover a independência nas atividades cotidianas.

Cada um desses profissionais contribui de maneira única para o desenvolvimento e a aprendizagem da criança e suas necessidades. Essa atuação integrada entre os profissionais permite que uma criança com TEA receba um suporte abrangente, abordando aspectos emocionais, comunicativos e motores, o que contribui significativamente para seu desenvolvimento integral e para sua inclusão social e escolar.

Enquanto a integração insere o aluno na escola, esperando que este se adapte ao ambiente, a inclusão é o redirecionamento das estruturas físicas da escola, atitudes e percepções de educadores. A inclusão educacional é um direito à educação e todas as pessoas possuem esse direito. Promover a inclusão significa mudança de postura sobre a deficiência e quebra de paradigmas, reformulando o sistema de ensino para conquistar uma educação de qualidade, com acesso, atendimento adequado, independente das diferenças ou necessidades. (Caparroz et al, 2023, p. 5)

O apoio pedagógico e institucional às crianças com autismo exige a atuação integrada de diversos atores: a equipe multidisciplinar, a colaboração entre professores, pais e profissionais de saúde, além de políticas públicas que promovam a inclusão escolar. Somente por meio dessa cooperação, será possível garantir o desenvolvimento integral dessas crianças, proporcionando-lhes as ferramentas necessárias para uma vida mais autônoma e inclusiva.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 ANÁLISE DOS RESULTADOS OBTIDOS NA REVISÃO SISTEMÁTICA PROPOSTA

Quadro 02 - Trabalhos analisados sistematicamente

Autor (Ano)	Título	Objetivo	Tipo	Local de Publicação
BALBINO, Elisa Maria Santos <i>et al</i> (2021)	O Aluno com Transtorno do Espectro Autista e o mediador escolar: um olhar inclusivo	Investigar a importância do mediador escolar, na inclusão de alunos com TEA, no contexto educacional	Artigo	Universidade Estadual De Alagoas
CAMARGO, Sígla Pimentel Höher <i>et al</i> (2020)	Desafios no processo de escolarização de crianças com autismo no contexto inclusivo: diretrizes para formação continuada na perspectiva dos professores	Investigar as dificuldades, desafios e barreiras que os professores enfrentam ao lidar com alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em um contexto de inclusão escolar.	Artigo	EDUR. Educação em Revista
KLAHOLD <i>et al</i> (2014)	Um olhar para o autista.	Despertar de interesses, de formas de estudos e conceituações sobre “o diferente”, aqui priorizando o autista.	Artigo	E-Tech: Tecnologias para Competitividade Industrial.
WEIZENMANN <i>et al</i> (2021)	Inclusão de Crianças com Autismo: Percepções	Analisar a percepção dos professores	Artigo	Revista de Psicologia da IMED.

	de Professores.	diante da inclusão de crianças com TEA, considerando os desafios e as possibilidades desse processo.		
FRANCISCO et al (2022)	Educação especial em tempos de pandemia.	Verificar a forma com que os alunos acometidos pelo Transtorno do Espectro Autista (TEA), oriundos da educação infantil das escolas públicas regulares de Lucas do Rio Verde/MT, foram incluídos nas aulas online no ano de 2020 com o advento da pandemia da Covid 19.	Artigo	Revista Espaço Ciência & Saúde
RIBEIRO et al (2017)	Inclusão escolar e barreiras atitudinais: um diálogo sob a perspectiva da sociologia de Pierre Bourdieu	Refletir sobre a teoria da inclusão educacional na perspectiva das barreiras atitudinais vivenciadas no espaço escolar.	Artigo	Revista do Departamento de Educação da Unifesp.
CAPARROZ et al (2023)	A importância da escola no processo inclusivo de	Analisar a importância da escola no processo	Artigo	Open Minds International Journal

	crianças autistas.	inclusivo de crianças com autismo		
--	--------------------	-----------------------------------	--	--

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é amplamente caracterizado por dificuldades nas áreas de comunicação, interação social e comportamentos repetitivos. Essas características centrais variam significativamente de acordo com o indivíduo, reforçando a noção de que o TEA é um espectro, como destacado no DSM-5. O tratamento precoce, conforme sugerido por Klahold et al. (2014), mostrou-se uma estratégia eficaz para melhorar as perspectivas de desenvolvimento em crianças com autismo, promovendo uma melhor adaptação às suas necessidades através de programas estruturados.

O texto destaca que a inclusão escolar de crianças com TEA é respaldada por legislações como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015), mas enfrenta desafios significativos, tanto em termos de infraestrutura escolar quanto na falta de formação adequada de professores. A inclusão escolar vai além da simples inserção do aluno autista na escola regular, sendo fundamental o papel do professor mediador, que adapta atividades e facilita a interação social, como exposto por Francisco et al. (2022).

As barreiras enfrentadas no processo de inclusão, tais como as atitudinais, estruturais e pedagógicas, são obstáculos importantes que precisam ser superados para que a inclusão se torne efetiva. Barreiras atitudinais, em particular, estão associadas à falta de empatia e ao preconceito em relação ao autismo, o que limita as oportunidades educacionais e sociais dessas crianças.

A inclusão de crianças com TEA no ambiente escolar é um direito garantido, mas a efetivação desse direito ainda enfrenta muitas barreiras. A literatura revisada reforça que a presença de um professor mediador é essencial para facilitar o processo de aprendizagem e a interação social de crianças com autismo. No entanto, a falta de formação específica e de apoio institucional aos professores compromete a qualidade da inclusão. É crucial que esses profissionais recebam capacitação contínua para atender às necessidades específicas dos alunos com TEA.

O ambiente escolar inclusivo não apenas favorece o desenvolvimento acadêmico das crianças com autismo, mas também promove habilidades sociais importantes, como o respeito às diferenças e a empatia, aspectos que são centrais para uma sociedade mais inclusiva. As práticas pedagógicas devem ser adaptadas para cada aluno, respeitando suas particularidades e promovendo o desenvolvimento integral.

Outro ponto discutido no texto é a necessidade de uma mudança cultural no ambiente escolar, onde a inclusão de alunos com TEA seja encarada como uma oportunidade de enriquecimento para todos e não como uma obrigação ou um desafio. Essa mudança requer um esforço conjunto entre pais, professores e a equipe pedagógica, com o apoio de políticas públicas que garantam recursos adequados e formação especializada.

O sucesso da inclusão também depende da superação das barreiras estruturais, como a adaptação do espaço físico e a disponibilização de recursos assistivos, que facilitam a aprendizagem e promovem maior autonomia para os alunos com autismo. Essas ações precisam ser acompanhadas por uma política educacional sólida e bem implementada, que valorize a diversidade e promova a inclusão de maneira efetiva e sustentável.

Por fim, é discutido que as barreiras atitudinais são as mais difíceis de serem superadas, pois envolvem mudanças profundas na forma como as pessoas percebem e se relacionam com as diferenças. Para que a inclusão seja plena, é necessário um compromisso de todos os envolvidos, incluindo a sociedade em geral, na construção de um ambiente mais empático e acolhedor para as crianças com TEA.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar ultrapassa o cumprimento de leis e diretrizes; trata-se de um compromisso ético e social com a valorização da diversidade humana. Este estudo reafirma a importância de compreender as especificidades do TEA e de adotar práticas pedagógicas inclusivas que respeitem a singularidade de cada aluno. O desenvolvimento de estratégias pedagógicas adaptadas, a formação contínua de professores e a presença de mediadores capacitados são fundamentais para superar as barreiras estruturais, pedagógicas e atitudinais ainda presentes no sistema educacional.

O papel do professor mediador emerge como peça central para a efetivação da inclusão, pois ele atua como um facilitador no processo de aprendizagem e convivência, promovendo um ambiente acolhedor e equitativo. No entanto, o sucesso dessa mediação depende de apoio institucional, infraestrutura adequada e formação específica para atender às necessidades individuais dos alunos com TEA. Além disso, a colaboração entre escola, família e profissionais de diversas áreas é indispensável para garantir um suporte integrado que possibilite o desenvolvimento acadêmico, social e emocional dessas crianças.

Embora os desafios sejam significativos, as conquistas também são inegáveis. A inclusão escolar não apenas beneficia as crianças, mas também transforma a comunidade escolar como um todo, promovendo empatia, respeito e aceitação da diversidade. Para avançar nesse processo, é necessário fortalecer políticas públicas que assegurem a igualdade de oportunidades e a implementação de práticas inclusivas eficazes.

Por fim, este trabalho enfatiza que a inclusão não se limita à presença física do aluno na escola, mas envolve a sua participação ativa, o reconhecimento de suas potencialidades e o respeito às suas necessidades. Construir uma educação verdadeiramente inclusiva exige um esforço contínuo e colaborativo, mas é essencial para garantir que todas as crianças tenham a oportunidade de florescer em suas singularidades e contribuir para uma sociedade mais justa e inclusiva.

REFERÊNCIAS

BALBINO, Elisa Maria Santos; SILVA, Silmara Gabriela da; OLIVEIRA, Nadjane Carla Salustiano de; BALBINO, Elizete Santos. O Aluno com Transtorno do Espectro Autista e o mediador escolar: um olhar inclusivo. **Diversitas Journal**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 1593–1605, 2021. DOI: 10.17648/diversitas-journal-v6i1-1663. Disponível em:

https://diversitasjournal.com.br/diversitas_journal/article/view/1663. Acesso em: 30 set. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 jul. 2015.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2008

CABRAL, Cristiane Soares; MARIN, Ângela Helena. Inclusão escolar de crianças com Transtorno do Espectro Autista: uma revisão sistemática da literatura. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 33, e142079, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698142079>. Acesso em: 9 maio 2025.

CAMARGO, Sígla Pimentel Höher et al. Desafios no processo de escolarização de crianças com autismo no contexto inclusivo: diretrizes para formação continuada na perspectiva dos professores. **Educação em revista**, v. 36, p. e214220, 2020.

CAPARROZ, J.; SOLDERA, P. E. dos S. A IMPORTÂNCIA DA ESCOLA NO PROCESSO INCLUSIVO DE CRIANÇAS AUTISTAS. **Open Minds International Journal**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 221–228, 2023. DOI: 10.47180/omij.v4i2.223. Disponível em: <https://www.openmindsjournal.com/openminds/article/view/223>. Acesso em: 30 set. 2024.

FRANCISCO, L. ., GOBI Marcolan, S., & Cherobini Orth, A. (2022). Educação Especial em tempos de pandemia. **Revista Espaço Ciência & Saúde**, 10(1), 53–66. <https://doi.org/10.33053/recs.v10i1.714>

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

JUNIOR, Eduardo Brandão Lima; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SANTOS, Adriana Cristina Omena dos; SCHNEKENBERG, Guilherme Fernando. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da FUCAMP**, Monte Carmelo, v. 20, n. 44, p. 36-51, 2021.

KLAHOLD Rodrigues dos Reis, P. C., & Bosco, S. D. (2014). Um olhar para o autista. **Revista E-TECH: Tecnologias Para Competitividade Industrial** - ISSN - 1983-1838, 167–177. <https://doi.org/10.18624/e-tech.v0i0.431>

LÖSCH, S.; RAMBO, C. A.; FERREIRA, J. L. A pesquisa exploratória na abordagem qualitativa em educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, n. 00, p. e023141, 2023. DOI: 10.21723/riaee.v18i00.17958. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17958>. Acesso em: 2 out. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza ; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Editora Vozes Limitada, 2011.

RIBEIRO, Ernani Nunes; SIMÕES, José Luiz; PAIVA, Fábio da Silva. INCLUSÃO ESCOLAR E BARREIRAS ATITUDINAIS: UM DIÁLOGO SOB A PERSPECTIVA DA SOCIOLOGIA DE PIERRE BOURDIEU. **Olhares: Revista do Departamento de Educação da Unifesp**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 210–226, 2017. DOI: 10.34024/olhares.2017.v5.669. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/olhares/article/view/669>. Acesso em: 1 out. 2024.

SAMPAIO, Rosana Faria; MANCINI, Maria Cristina. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83–89, jan./fev. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbfis/a/7sCbqJPW5bNZ3ZLkTwGXYSR>. Acesso em: 11 maio 2025.

SANTOS, Renata Ferreira dos; SAMPAIO, Priscila Yukari Sewo; SAMPAIO, Ricardo Aurélio Carvalho; GUTIERREZ, Gustavo Luis; ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de. Tecnologia assistiva e suas relações com a qualidade de vida de pessoas com deficiência. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, São Paulo, Brasil, v. 28, n. 1, p. 54–62, 2017. DOI: 10.11606/issn.2238-6149.v28i1p54-62. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rto/article/view/107567>. Acesso em: 1 out. 2024.

WEIZENMANN, Luana Stela et al. Inclusão de Crianças com Autismo: Percepções de Professores. **Revista de Psicologia da IMED**, Passo Fundo, v. 13, n. 2, p. 75-91, dez. 2021. ISSN 2175-5027. Disponível em: <https://seer.atitus.edu.br/index.php/revistapsico/article/view/4313/2881>. Acesso em: 30 set. 2024. doi:<https://doi.org/10.18256/2175-5027.2021.v13i2.4313>.